



Sociedade e Estado

ISSN: 0102-6992

revistasol@unb.br

Universidade de Brasília

Brasil

Grün, Roberto

Guerra cultural e transformações sociais: as eleições presidenciais de 2006 e a “blogosfera”

Sociedade e Estado, vol. 23, núm. 3, septiembre-diciembre, 2008, pp. 621-666

Universidade de Brasília

Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339930894005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

GUERRA CULTURAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS: as eleições presidenciais de 2006 e a “blogosfera”

Roberto Grün*

Resumo: O texto defende a idéia de que as esferas econômica e financeira da sociedade dependem de pressupostos culturais que aparentam ser permanentes, mas são contingentes. Para isso, analisa alguns aspectos da disputa política em torno das eleições presidenciais brasileiras de 2006 a partir das polissemias que foram produzidas ou realçadas no período e tenta extrair algumas consequências sociológicas dos embates revelados pelas disputas de sentido.

Palavras-chave: sociologia econômica; sociologia das finanças; disputas culturais; “blogosfera”; polissemia; cultura econômica.

Introdução

A disputa eleitoral pela presidência da República do Brasil, em 2006, abriu uma janela interessante para a Sociologia analisar mudanças sociais e econômicas “a quente”. A energia social deflagrada produziu uma série de solavancos em crenças e convenções culturais e econômicas que pareciam dados permanentes da realidade. Assistimos a uma transformação do espaço dos pensáveis e dos possíveis. Ela deflagra uma dinâmica cultural e política cujas consequências de longo prazo são difíceis de avaliar, mas que

* Professor do Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (DEP/UFSCar); pesquisador do Núcleo de Estudos em Sociologia Econômica e das Finanças da Universidade Federal de São Carlos (Nesefi/UFSCar). *E-mail:* rgrun@uol.com.br

Artigo recebido em 14 mar. 2008 e aprovado em 13 maio 2008.

levaram a alterações importantes nos pressupostos da atividade econômica e financeira. Em termos analíticos, passamos de um período em que o grupo político e ideológico reunido em torno de Fernando Henrique Cardoso (FHC) controlou a agenda econômica da sociedade brasileira, que durou até as eleições de 2006, para um novo momento no qual tal controle parece ter se desvanecido, ou, pelo menos, enfraquecido.

O texto que apresentamos pretende ser uma análise da disputa cultural que, esperamos poder provar, subsume a disputa propriamente política e lhe confere inteligibilidade sociológica. Ele procura mostrar que o episódio em questão é um capítulo importante de uma guerra cultural que atravessa a sociedade brasileira e que os resultados parciais dessa disputa condicionam suas alternativas tanto na esfera política quanto na econômica. Na análise que se segue, procuramos demonstrar a importância da inflexão observada, tentando levar em conta não só as mudanças, mas também as inércias que apareceram no período. Trata-se, assim, de uma sociologia econômica do conflito cultural, que procura, em algumas características da dinâmica cultural, as chaves para apreender a dinâmica econômica da sociedade.

A polissemia e a dominação

Na ordenação das evidências que informam investigações sobre dinâmica social, análises em *cross-section* guardam uma aparência de rigor, mas, dificilmente, conseguem introduzir o movimento na sua chave explicativa. Por sua vez, cronologias são facilmente impugnadas pela acusação de arbitrariedade na seleção de fatos considerados relevantes. A busca de um sentido para o fluxo de fatos produzidos recentemente em torno das eleições presidenciais de 2006, no Brasil, pode ser um interessante ponto de entrada para sair dessa oposição desvitalizante. Nesse sentido, a presente análise

pode ser considerada como um primeiro tiro, a ser calibrado pela crítica dos pares que, certamente, acompanharam os eventos que discuto e podem melhorar ou infirmar as seqüências que alinhavo. Cremos, assim, podermos justificar a celeridade em discutir um tema do presente, pois ela é necessária para registrar um raro momento em que a janela ficou aberta, deixando-nos ver, claramente, os traços de disputas culturais, políticas e econômicas fundamentais para o futuro da sociedade brasileira, que, normalmente, não se deixam revelar.

A análise dos modos de dominação induz a armadilha estática: se os poderosos do momento têm ao seu dispor tantas armas, além do reconhecimento tácito da legitimidade da sua dominação e também a capacidade quase infinita de cooptar os recém-chegados às elites do poder, como, então, as sociedades acabam se transformando? Pretendemos tratar esse problema mediante a análise de alguns eventos ocorridos na campanha de 2006 para a presidência do Brasil, que opôs, fundamentalmente, Lula a Alckmin. Para tanto, procuraremos explorar a polissemia presente no debate daquele momento, bem como as suas conseqüências para o futuro da sociedade, e também deduzir, a partir dessa matéria-prima cultural, algumas revelações sobre a estrutura social brasileira do presente.

A polissemia aparece em contenciosos culturais e suas conseqüências se espalham nas esferas econômica e social (Darnton, 1986; Bourdieu, 1997; Donadone e Grün, 2001). Neles, os atores disputam, principalmente, a interpretação hegemônica da realidade: a que prevalece assinala a vitória durável de um grupo ou do outro, porque as interpretações instituem as categorias cognitivas a partir das quais a realidade passa a ser entendida e, portanto, transformada ou conservada. A disputa cognitiva é, assim, uma espécie de metapolítica, que produz o espaço de referências possíveis e prováveis para balizar os contenciosos, predeterminando, em grande medida, os seus resultados (Bourdieu, 1997). Exemplificando,

uma transformação simbólica recente é a que (re)categoriza o exercício da sexualidade feminina: na versão precedente, oriunda do período vitoriano inglês, ela devia estar subordinada às obrigações familiares que preconizavam a castidade das solteiras e a fidelidade das casadas acima de quaisquer outras considerações (Mosse, 1985). Na que começou a ser propagada com o advento da psicanálise e a prevalecer depois da “revolução feminista” dos anos 1960-70, instaurou-se a busca do amor e do prazer como os princípios estruturantes do comportamento. Não é necessário registrar que a alteração das categorias de percepção da realidade foi produzida pelo embate social e que a sua instituição alterou significativamente a convivência humana, a ponto de as gerações que iniciaram sua vida depois da mudança viverem-na como se fosse simplesmente “a natureza humana”, sem, sequer, imaginar “como era possível” a configuração anterior (Swidler, 2001).

O exemplo da questão de gênero mostra uma realidade já mais ou menos consolidada¹. Aqui, porém, pretendemos mostrar algumas possibilidades de tratamento e acompanhamento de mudanças simbólicas significativas bem menos consolidadas. Logo, falamos de um embate simbólico cujos principais movimentos ainda estão acontecendo aos nossos olhos, o que complica a análise sociológica, mas também a torna mais sedutora.

O contencioso

Foi no início do segundo turno da campanha eleitoral de 2006 para a presidência da República do Brasil que se deflagrou, explicitamente, a batalha simbólica que nos interessa. Nela, alguns atores e analistas registraram e saudaram o advento da “blogosfera”: ela seria uma nova dimensão de interação social da esfera pública propiciada pelo desenvolvimento da Internet na qual agentes – na sua maioria, não previamente qualificados pelas escalas sociais

geralmente aceitas – podiam expor os seus pontos de vista sobre a campanha, os contendores e os pontos que deveriam estar presentes na discussão². Do outro lado do ringue, um conjunto expressivo de jornalistas e intelectuais, conhecidos e reconhecidos segundo as normas vigentes, denunciava o que chamava de “central de boatos petista” (*O Globo*, 6 out. 2006; *Folha de S.Paulo*, 13 fev. 2003; *Veja*, 13 out. 2006). As duas qualificações, embora discordantes, faziam sentido quando entendidas a partir do ponto de vista de seus locutores. Os últimos tentavam fazer valer a ordem das coisas tradicional que se consolidou no período da presidência de FHC, quando observamos, no Brasil, um caso raro de acúmulo de poder político, econômico e cultural nas mãos de um mesmo grupo. Já os primeiros, de repente, se sentiram no direito de contestar o “bloco do poder” que prevaleceu com toda a força na década de 1990 e que, de alguma forma, continuou controlando a cena econômica e intelectual no primeiro mandato de Lula, especialmente, por meio do monitoramento da condução da política econômica e das discussões sobre as alternativas estratégicas do país (Grün, 2004).

Em uma primeira análise, “boatos” são manifestações espúrias, cuja veracidade é posta em dúvida, imediatamente, pela sua simples nomeação: se alguma informação recebe a qualificação de boato, a sua veracidade é automaticamente posta em dúvida (Aldrin, 2005). Por outro lado, “blogosfera” é um termo de conotação, em geral, positiva, já que é automaticamente ligado ao progresso tecnológico e social que é produzido no halo do espraiamento da Internet e de seu uso (DiMaggio, 2001; DiMaggio, Hargittai et al., 2001; Sunstein, 2006). Quando, no calor de uma disputa política, alguns atores que recebem guarida na mídia chamam um evento de “central de boatos petista”, enquanto outros o denominam “advento da blogosfera”, estamos, aparentemente, diante de um dissenso absoluto. À primeira vista, ou algum dos grupos age de má-fé, ou eles estão falando de fenômenos diferentes e se trata, basicamente, de um mal-entendido a ser corrigido quando os ânimos se acalmarem.

Poderíamos, no papel, buscar uma maneira de harmonizar a discussão, registrando que, enquanto uns se referiam às possíveis privatizações e suspensões de programas sociais como “mentiras” propagadas pelos seus adversários, os outros faziam mais menção ao meio – a “blogosfera” – em que as informações (ou desinformações) se difundiam. Logo, os grupos se referiam a fenômenos distintos que o “calor da luta” fazia convergir, mas que, posteriormente, uma análise sistemática deveria distinguir. Mas, ainda que “tecnicamente possível”, essa solução é socialmente razoável? Estávamos, evidentemente, diante de uma disputa pela nomeação de um fenômeno político e cada uma das duas caracterizações servia às estratégias retóricas de um dos grupos que se enfrentavam na arena eleitoral. E não seria demasiado dizer que a versão que prevalecesse assinalaria a vitória política do grupo que a empalmou (Gamson, 1992).

Era “verdade” que Alckmin iria restringir os programas sociais e privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e demais estatais do governo federal? Tratava-se apenas de uma “mentira” destinada a angariar votos para Lula? Em um primeiro plano, as privatizações não estavam explicitadas no programa do candidato, nem, tampouco, a restrição dos programas sociais, mas, ainda assim, era verossímil que, uma vez eleito, Alckmin empreendesse essas ações, mesmo elas não estando no seu programa de governo? Em um primeiro sobrevôo da literatura consagrada da História, poderíamos dizer que, assim como os rumores que corriam entre os camponeses e cidadãos franceses do final do século XVIII discutidos por Lefebvre (1988) e Farge (1992), ou pelos soldados nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial, discutidos por Marc Bloch (Bloch, Bloch et al., 1997), o ponto decisivo para a transmissão dos boatos é a sua verossimilhança em um determinado círculo de crentes, não a sua exatidão fática. Nesse contexto, o ponto decisivo deixa de ser “quem inventou” a notícia ou “como” ela foi engendrada, mas a credibilidade que ela

alcança. Essa versão estritamente sociológica da disputa, entretanto, poderia, ela mesma, se tornar uma resultante apaziguadora dos contendores? Ou ela é apenas mais uma solução “no papel” para uma disputa que vai muito mais além do que uma “simples” questão conceitual? Ainda que o enunciado dessa solução possa causar alguma acalmia momentânea, uma mera menção à possibilidade de Alckmin realmente ter esse programa de governo *in pectore* já faria os ânimos se reavivarem. Estamos, então, diante da disputa pelo direito à inferência, que os partidários de Alckmin negavam aos de Lula. Como eles conseguiam manter intransigentemente a versão de que estávamos diante de métodos espúrios de combate político e por que, principalmente, a imprensa dava eco a essa impugnação e contribuía para ela? Em um exemplo contemporâneo da análise antropológica de Bourdieu (1980), dificilmente, poderíamos fugir da constatação de que o direito social à inferência é derivado dos capitais culturais e simbólicos reconhecidos que se defrontam. Em uma distribuição muito assimétrica, o grupo privilegiado tem o direito de fazer inferências sobre os assuntos em pauta, possibilidade que ele nega ao grupo dominado. Operacionalmente, os órgãos de celebração da sociedade, a mídia em particular, referendam os direitos e “não-direitos” correlatos, dando voz e fazendo eco aos pontos de vista dos primeiros e desconsiderando ou ridicularizando as pretensões dos desfavorecidos, até que estes últimos renunciem à “ousadia”. Mas quem mede essas magnitudes em disputa? Normalmente, a própria imprensa e demais agentes com presença garantida na mídia, como os grandes nomes da academia, das profissões e da política. Ou seja, aqueles já previamente filtrados por aferições anteriores da escala de prestígio. Há, assim, uma tendência à inércia na consagração que só pode ser ultrapassada em ocasiões excepcionais (Bourdieu, 1979). A leitura dos jornais, das revistas e da mídia eletrônica daquele momento sugere, fortemente, que os partidários de Alckmin se julgavam o pólo dominante do jogo cultural da sociedade brasileira, que eram acatados nessa pretensão

e que a inércia jogava a seu favor, mas também que as eleições tornaram a configuração do momento excepcional. Daí a análise da polissemia surgida naquele momento ganha uma importância fundamental, pois ela pode conferir inteligibilidade aos jogos, às estratégias e aos resultados da disputa no período. Mais do que o resultado eleitoral propriamente dito, referimo-nos às consequências do embate sobre a agenda econômica e financeira do período que se seguiu à eleição. Poderíamos, no papel, atribuir alguma ambigüidade às manifestações de Alckmin na imprensa, quando elas se referiam aos planos de governo relativos a estatais e programas sociais. Afinal, ora elas eram interpretadas como “ortodoxas”, no sentido da economia, ora como “heterodoxas”, e isso no mesmo período, como nos mostraram, por exemplo Santos (2006) e Cotta (2006). Quando as pesquisas qualitativas indicaram que as políticas assistenciais associadas ao governo Lula eram inegavelmente populares, Alckmin, atribuindo-se a condição de gestor superior a seu adversário, disse que ele não só ia mantê-las, como também aperfeiçoá-las, ainda que seu comportamento no período, no qual enfatizou repetidas vezes a necessidade de austeridade fiscal, pudesse suscitar dúvidas a respeito (Lago, 2006). O próprio ex-presidente Fernando Henrique, cujo governo teve nas privatizações de empresas estatais uma das suas marcas mais fortes, quando colocado diante da sensibilidade popular contra a privatização das estatais remanescentes, adotou um discurso ambivalente, como se pode deduzir de (*Folha online*, 13 fev. 2003; Badenes, 2006; *O Globo*, 18 out. 2006). As inferências sobre a possível política a favor das privatizações de Alckmin e sobre a dubiedade de seu compromisso com a continuidade das políticas sociais eram, assim, “conceitualmente” adequadas, ainda que, sociologicamente, a relação de forças simbólica as tornasse contestáveis, diminuindo a probabilidade de elas serem aceitas na mídia e, por extensão, na parcela da opinião pública que se serve dela para formar suas convicções.

Meios e oportunidades

Do outro lado do tabuleiro, os petistas estavam vendo seu capital simbólico se esvaír no crescendo que começou no episódio “Waldomiro” (Melo, 15 fev. 2004), passou pelo “mensalão” (*Folha de S.Paulo*, 25 set. 2004), pelo “caso Francelino” (Krakovics e Garda, 17 mar. 2006) e atingiu sintonia fina com o calendário eleitoral no episódio concatenado dos sanguessugas e do “dossiê-gate”, imediatamente anterior ao primeiro turno daquelas eleições (Corrêa, 16 set. 2006). Segundo os relatos coligidos sobre o “humor palaciano”, uma reeleição presidencial que parecia fácil começava a se complicar e até mesmo a se tornar impossível (Alencar, 30 out. 2006; Romero, 31 out. 2007), e isso tendo como pano de fundo uma condução da economia tida como prudente e um inédito processo de redistribuição de renda beneficiando as camadas mais pobres da população, considerado bem-sucedido. A sucessão de episódios considerados espúrios era acompanhada e tornada pública com toda intensidade tanto pela mídia quanto pela oposição política, passando, também, por setores do Judiciário. O enquadramento sugerido pelos denunciantes era o de considerar que as faltas apontadas eram intrínsecas ao funcionamento do Partido dos Trabalhadores (PT) e à personalidade do presidente da República e, portanto, os desqualificavam definitivamente para o exercício do poder, relevando, assim, os eventuais méritos do governo do período. As tentativas de defesa que, justamente, tentavam segmentar as denúncias e malfeitorias comprovadas, atribuindo-as a atores movidos por pautas particulares, eram desqualificadas como subterfúgios que escondiam a natureza crapulosa da organização que abrigava os faltosos (*Agência Estado*, 28 jun. 2005). Logo, os opositores se atribuíam, automaticamente, o direito de inferência, ao mesmo tempo em que o negavam aos seus adversários. Estes, por sua vez, sob pena de desaparecimento político, tinham de usar os eventuais meios de comunicação alternativos para difundir as

mensagens baseadas nas deduções que julgavam pertinentes. Foi aí que a novíssima “blogosfera” se tornou uma alternativa quase obrigatória.

Na refrega simbólica, a auto-atribuição de único intérprete autorizado da cena política talvez seja uma condição necessária para infundir motivação nos atores, mas o decisivo é a aceitação dela pela sociedade, que é, ao mesmo tempo, a arena e a platéia na qual se desenvolve essa guerra cultural quase explícita. É arena porque os *tool kits* que os contendores descobrem ou inventam têm de estar ancorados na cultura local e é platéia porque é ela que julga a esgrima retórica, às vezes, ativamente, mas, quase sempre, através de seus intermediários reconhecidos na mídia e demais setores que promovem a legitimação das condutas. Assim, fenomenologicamente, o que foi posto em xeque no período foi justamente o poder simbólico dos intermediários reconhecidos.

Mesmo uma análise superficial das repercussões do embate na mídia tradicional indicaria que preponderava a publicidade dos problemas considerados como “éticos” sobre quaisquer outros aspectos da situação ou da atuação do governo. A forma como a evolução da conjuntura política era coberta na mídia indicava claramente, assim, que as razões da oposição eram mais bem consideradas do que as da situação. Em uma primeira análise, é tentador atribuir esse viés a uma conspiração dos poderosos contra o governo de indivíduos oriundos das camadas menos favorecidas da população e que ousava favorecê-las contra os mais bem aquinhoados. A tendência a abraçar essa versão é muito forte não só porque ela conforta os partidários do governo, mas também porque ela pode deflagrar a sua mobilização contra os adversários, principalmente, depois de um período em que os últimos ocupavam completamente a cena (Grün [no prelo]). Assim como diversos outros produtos culturais, a idéia da existência da conspiração não é apenas uma interpretação inerte da realidade, mas também uma ferramenta social

capaz de nela produzir efeitos e, portanto, de alterá-la. Dessa forma, dizer que existiu ou não a conspiração é, epistemologicamente, um exercício sem saída, embora a paixão política de uns e de outros a confirme ou rejeite. Como demonstra Hacking, a partir de situações muito diversas, o fator decisivo na criação da verossimilhança social de versões aparentemente fantasiosas é a existência de um nicho cultural disposto a acatar, ou não, as versões que são postas na mesa (Hacking, 1983; Hacking, 2002; Hacking, 2003).

O efeito *Watergate*

Por que prevaleceu o enquadramento midiático desfavorável a Lula e ao PT? Um ponto intermediário central para a compreensão da trama é o estabelecimento do que poderíamos chamar, como Schudson (1989), de “efeito *Watergate*”. O *establishment* jornalístico recente criou a sua legitimidade a partir da versão brasileira do mito fundador do atual estágio da profissão nos Estados Unidos (Schudson, 1992, 2003). Enquanto, naquele país, foi exaltado o papel da mídia na renúncia de Nixon, no Brasil, é constantemente ressaltado o papel da imprensa escrita e falada na luta contra a ditadura militar e, em especial, o seu papel no movimento das “Diretas já”, que se transformam no ponto de inflexão decisivo que demarca a forma atual, e considerada virtuosa, do jornalismo brasileiro (Molica, 2005; FGV, 2007).

No *script* sugerido pelo mito legitimatório, o jornalista se torna grande quando descobre a verdade escondida atrás das tramas e interesses dos poderosos, em particular, os políticos e altos funcionários públicos, e a revela à sociedade, cumprindo, dessa forma, o seu novo papel de quarto poder da República³. Qualquer tentativa de impedir esse desiderato é considerada uma severa afronta ao equilíbrio de poderes e, por conseguinte, à democracia. Do ponto de vista do indivíduo ou da empresa jornalística, a denúncia é um

direito. Agindo o mito com toda a força na sociedade, reforça-se a idéia de que todos deveriam proteger o jornalismo na sua sagrada missão de controlar os poderosos. Dessa maneira, a simples menção de que alguma denúncia jornalística possa ser injusta ou abusiva já nasce prejudicada pela suspeição de afronta à liberdade de imprensa e de subterfúgio que simplesmente visa evitar a necessária punição dos indigitados⁴. Um corolário importante dessa configuração é que ela pressupõe a idéia da superioridade moral do jornalista/jornal sobre quaisquer outros atores e age no sentido de reforçá-la; e, como no mundo da cultura também não há almoço grátis, para manter esse entendimento, é necessária uma operação simbólica visando diminuir o alcance das outras fontes possíveis de legitimidade, como o voto popular, a reputação profissional ou intelectual ou o concurso público. Não é assim por acaso que a mídia brasileira atual revela uma desconfiança basilar contra os ungidos por aqueles processos de consagração e, em especial, os políticos, homóloga àquela cultivada por seus colegas de diversos países⁵ (Champagne, 1990, 1996; Schudson, 1995).

A exemplo de outras situações nacionais análogas, na conjuntura do período, os interesses dos jornalistas coincidem com alguns interesses de grupos de agentes de outros campos, criando processos recíprocos de retroalimentação (Adut, 2004). No nosso exemplo da última sucessão de escândalos políticos, diversos braços do Judiciário acompanharam o mesmo *bandwagon*. Seria mesmo impossível que o escândalo obtivesse a repercussão que alcançou, não fosse a cumplicidade de promotores públicos e policiais federais, bem como dos chamados “comunicadores populares”, assim como os políticos de oposição, em especial os herdeiros de famílias de políticos tradicionais (Silva, 2003; Krieger, 2003; Zanatta, 2005). Estes últimos usavam o processo para tentar apressar o recebimento da herança do capital social de suas famílias (anotemos o destaque, no processo, de Antonio Carlos Magalhães Neto, de Rodrigo Maia

e de Gustavo Fruet, três herdeiros de famílias de políticos). Suas atuações no “campo do escândalo” acabam individualizando suas condutas em relação às imagens anteriores de simples prepostos de suas famílias, conferindo-lhes legitimidade e capital político próprio e, dessa maneira, consagrando a passagem das heranças⁶. Diante dessa evidência, poderíamos, simultaneamente, resgatar a idéia da multidimensionalidade das crises políticas, decalcada por Dobry (1986) da idéia de alongamento dos circuitos do poder desenvolvida por Bourdieu (1989), além de explorar a possibilidade da existência de um “campo do escândalo”, no sentido que Bourdieu (1979) dá a essa noção, e o seu uso como recurso analítico, no qual os diversos agentes cooperam e também competem pela notoriedade e demais benefícios gerados no processo.

O campo do escândalo e a sociedade

Como resultado da ação do nosso “campo do escândalo”, vivíamos um período no qual a grande mídia e os que seguiam sua direção julgavam estar em um segundo “Collor-gate” (Souza, 2005; Dines, 2006; Victor, 2005), desencadeando mais uma variante da mística de origem da atual fase do jornalismo⁷. Deflagrou-se, então, uma competição pela produção da “prova definitiva” da culpabilidade de Lula e do PT, que deveria levar à desgraça política desse grupo⁸. Nessa configuração, a credibilidade de qualquer versão que corrobore a culpa tende a ser automaticamente aceita, e o contrário disso para aquelas que a colocariam em dúvida. Cria-se uma dinâmica na qual as conseqüências da trajetória sejam mesmo mais importantes do que o seu final. Nos termos da filosofia de Foucault, Defert et al. (2001), forma-se um “regime de verdade” autônomo, no qual o corolário da competição é a naturalização da culpabilidade dos indigitados e mesmo dos que os defendem, quaisquer que sejam suas condições de origem (se “realmente” culpados ou inocentes).

Um sintoma do deflagrar de algum controle social sobre essa dinâmica é a tentativa de mostrar que esses processos, muitas vezes, levam a um “linchamento” dos acusados, do qual eles dificilmente se recuperam, impondo, assim, problemas deontológicos para os jornalistas. O exemplo mais lembrado no Brasil é o da escola Base, cujos proprietários teriam sido injustamente acusados de abuso sexual dos alunos e tiveram sua vida pessoal e profissional seriamente prejudicada⁹. Dessa maneira, a lembrança pública daquele episódio pode ser usada como um indicador do exagero da escandalização. É, portanto, analiticamente adequado seguir a imprensa do período, procurar menções ao “caso escola Base” e suas repercussões, que comprovariam, ou não, os limites da estratégia de provocar escândalos (Dines, 2005; Ginzburg, 1989). Mais recentemente, apareceram derivações desse “freio midiático” na tentativa de reavaliação da cassação do ex-presidente da Câmara dos Deputados Ibsen Pinheiro, da execução pública de Alcenir Guerra, então Ministro da Saúde de Collor, e mesmo na possível montagem de uma farsa em torno do atentado sofrido por Carlos Lacerda na Rua Tonelero, em 1954 (*O Globo*, 4 out. 2006; Tonelero, 9 mar. 2007; Bueno, 2006). Mais uma vez, interessa menos a veracidade das novas narrativas do que sua menção e seu impacto relativo no debate público.

Quaisquer que fossem os esboços de freio ao processo de queima da legitimidade de Lula e do PT, estes últimos viam o seu capital simbólico se esvaír e, conforme veremos nos trechos a seguir, enxergavam o resultado das interações sociais do campo do escândalo como uma enorme conspiração não só contra seus interesses políticos, mas também contra os interesses gerais do povo brasileiro. E o *tool kit* cultural disponível fornecia uma boa caracterização para o fenômeno, decalcando-o da situação vivida no final do segundo governo Vargas (1950-1954). Tratar-se-ia de um episódio de caça às bruxas, a exemplo da guerra que o famoso jornalista Carlos Lacerda

e os grandes meios de comunicação da época empreenderam contra Getúlio Vargas em 1954, já que o “Pai dos Pobres” ousara defender os desvalidos e o desenvolvimento nacional contra as classes dominantes tradicionais (Mendonça, 2002; Chagas, 2005). No plano específico da mídia, tínhamos, homologamente, toda a grande imprensa contra a revista *CartaCapital*, de Mino Carta, que, assim, fazia as vezes da *Última Hora*, de Samuel Wainer – execrada, ela e seu dono, pela imprensa *mainstream* (Amorim, 19 out. 2006).

Os limites das analogias

As analogias, ainda que tentadoras, são guias apenas parciais para a apreensão de realidades quando temos um intervalo de 50 anos entre um episódio e o outro. No plano tecnológico, a nossa “blogosfera” apareceu, na cauda da Internet, como mais um instrumento para alterar o quadro e a relação de forças simbólica. É tentador e intuitivo atribuir a transformação social à mudança tecnológica. Mas, mantendo a intuição que vem da tradição durkheimiana, cremos que o dado estruturante é a transformação da morfologia social.

A existência da polissemia social, indicada pelos resultados e contornos da disputa cultural que estamos analisando, permite adiantar uma hipótese sobre a alteração da estrutura social brasileira, especialmente, no subespaço da atividade intelectual. Através da dramática expansão do ensino superior nas décadas passadas, o Brasil recente passou por uma transformação essencial na escala de produção de indivíduos que, potencialmente, podem reivindicar posições na esfera intelectual e política, mas realizou apenas parcialmente uma extensão análoga na oferta de postos para serem ocupados pelos mesmos¹⁰. Os descendentes dos “marmiteiros” dos anos 1950 se tornam intelectuais e agentes políticos “extranumerários”: os que reivindicam posições naquelas galáxias sem conseguir as que julgam

à altura do seu mérito e, conseqüentemente, tentam criar, ainda que a partir de seus capitais limitados, uma dinâmica de alteração da configuração cultural da sociedade¹¹.

A transformação na morfologia social e tecnológica altera significativamente as possibilidades do jogo, a visão dos jogadores e, assim fazendo, modifica também a estrutura simbólica da sociedade. Nesse contexto, as circunstâncias da eleição de Lula em segundo turno indicaram a existência e a galvanização de uma verdadeira legião de descontentes contra o pólo dominante da ordem simbólica. De um lado, os segmentos de intelectuais, jornalistas, políticos, profissionais e empresários estabelecidos, mas cujo *status* estava ameaçado pelos dominantes no campo, os quais, acusando-os de “atrasados”, os empurravam para o “parque jurássico”, esse destino tantas vezes anunciado nos tempos de FHC (Tavares, 1997). Do outro, os diversos setores que se desenvolviam ou se expressavam pelas novas formas de comunicação e que o *establishment* dominante também não reconhecia e transformava em extranumerários. Uma vez que os padrões de insatisfação eram distintos, a união dos dois grupos era uma possibilidade sociológica pouco provável em períodos inerciais. Em situação normal, há pouco em comum entre a defesa de um papel estruturante do Estado na condução da economia e o movimento pelo *software* livre. Talvez haja, mesmo, uma repulsão geracional, mas as tensões não transmitidas provocadas pelo predomínio absoluto do grupo de FHC e, conjunturalmente, a escandalização do processo eleitoral de 2006 provocaram a aproximação. E os temas dos primeiros acabaram sendo retrabalhados e difundidos pelos segundos (direta ou indiretamente, mediante a disponibilização dos instrumentos informáticos) a uma velocidade e capilaridade impensáveis se essa tarefa tivesse permanecido nas mãos originais. Dessa maneira, as eleições de 2006 assinalaram uma inflexão que, segundo alguns estudiosos da galáxia Internet (Sunstein, 2006, 2007), poderia significar um largo

passo rumo à restituição da capacidade deliberativa da sociedade. Entretanto, cremos poder demonstrar, essa pretensão dissimula uma mudança de intermediação cultural e política. Essa transformação menos visível é obliterada porque parte dos intermediários é nova e nenhum dos dois grupos é atualmente legítimo nesse papel segundo as convenções cognitivas vigentes, o que impede que a sociedade e eles mesmos se vejam ocupando a função.

Poderíamos encontrar, analiticamente, um ponto de convergência entre os dois tipos de oponentes. A proposta de estado neoliberal tem um dos seus pilares na defesa das patentes de produtos e serviços, na qual se destaca a advocacia de direitos de propriedade intelectual de artefatos informáticos e, em especial, os produzidos pela “famigerada” Microsoft, inimiga principal dos membros do segundo grupo. Essa mesma sensibilidade neoliberal vê com reserva os ensaios de engenharia reversa, como o que foi tentado na lei de reserva de mercado para o desenvolvimento da indústria informática brasileira, que são centrais nas estratégias tecnológicas de *catch-up*, propugnadas pelos desenvolvimentistas, e, normalmente, tende a ridicularizá-los. Por isso, podemos, mais uma vez, apenas no papel, achar convergências entre as duas insatisfações. Sociologicamente, porém, elas são convergentes? Em quais situações? Já que, normalmente, os blocos hegemônicos costumam fazer concessões para um lado ou para o outro, de maneira a desfazer possíveis coalizões, a chance da união só aparece quando o centro hegemônico nada concede a nenhum dos desafiantes.

Talvez o ardid da razão social tenha sido o excesso de força: uma vez que o bloco hegemônico dos anos 90 enfeixava os mais diversos poderes sobre a sociedade, qualquer ameaça à sua proeminência sequer era percebida. Nesse sentido, já que fomos levados, até agora, por um conjunto de metáforas “estrategista”, que sugere a presença constante de cálculos de custo e benefício para cada ação, convém lembrar que estamos falando de um embate cultural, que aparece aos

contendores como empatia ou estranheza e, por essa razão, muito dificilmente é assumido como contencioso explícito por aqueles a quem nós, analiticamente, consideramos como os adversários da contenda. Por isso, as disputas têm caráter identitário e, portanto, não se travam como cálculos políticos, mas como ajustes casuais provocados por flexões de *habitus* e consolidados por interações sociais fora do controle de qualquer agente em particular.

Creemos, então, que as razões para a convergência devem ser buscadas na inédita concentração de poder político, intelectual e econômico do grupo em torno de FHC. Controlando os poderes executivos no âmbito federal, além de vários dos mais importantes estaduais, ele enfeixou ao mesmo tempo as fontes principais de força na esfera política. A legitimidade intelectual do então presidente da República – o chamado “Príncipe dos sociólogos brasileiros” (Leite, 1997; Passarinho, 2007) – e do grupo que o cercava criava uma aura de legitimidade política que se espraiava sobre a mídia durante todo o seu governo e mesmo depois¹². Na esfera econômica, os economistas que serviam ao governo entraram em sintonia fina com o *mainstream* do mercado financeiro e da mídia especializada, criando uma “doxa” dificilmente questionável. E a interação dos dois grupos acabava balizando os limites do pensável na sociedade – em um extremo, o advento da “sociedade em rede” exposta por FHC; no outro, o aceite da cartilha do bom senso econômico decalcado do pensamento prevalecente nos mercados financeiros e da teoria econômica hegemônicos internacionalmente. Para o primeiro grupo, a virtude estava no conexionismo: uma boa sociedade deve, principalmente, possibilitar que os indivíduos se relacionem com o maior número e variedade de outros, e a função do Estado seria a de estimular o desenvolvimento dos meios para esse desiderato (Castells, 1996, 1997). Já para o segundo segmento, mais numeroso e presente na opinião pública, a sociedade progride interiorizando as virtudes da racionalidade econômica e o principal instrumento

para isso é a sua exposição à arbitragem financeira (Grün, 2007). Nesse enquadramento, a sociedade é auto-organizada e o governo, ao intervir nela, em geral, a desorganiza. Nessa versão atual do estado “gendarme”, o bom governo deve, como vimos, proteger intransigentemente os direitos de propriedade – agora ampliados para absorver as novas nuances do conceito de propriedade intelectual – e impedir que os desatinados imponham barreiras ao livre desabrochar dos mais diversos mercados, pois esse devaneio impede que a arbitragem exerça seu papel racionalizador das condutas pessoais e políticas. As duas vertentes se uniam na crítica ao “Estado centralizador patrimonialista e corporativo herdado de Getulio Vargas”. Dessa maneira, os alvos mais precisos que faziam convergir os grupos eram as empresas estatais e os sindicatos, tanto de trabalhadores quanto de patrões. Se a fluidez das relações (ou, numa diferenciação sutil, a liquidez, que é uma característica normalmente agregada ao dinheiro) era a suprema virtude, então, pôr um fim à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aos “baronatos” surgidos da representação de empregados e patrões e à estabilidade dos funcionários públicos e das estatais era o principal ponto da tarefa suprema. Esse objetivo funcionava bem no esquema ideológico dos dois grupos, fornecia um claro programa político e econômico e reforçava a teodicéia de ambos, que refletiam uma tendência internacional recente de diferenciação de elites. Para os setores dominantes do mundo intelectual e profissional, a fluidez das relações compunha bem com as grandes magnitudes de capitais culturais e sociais, fazendo virtude das suas disposições sociais distintivas (Powell, 2001). Para a nova elite financeira, a liquidez era a garantia de melhor alocação de seus recursos pessoais e delegados, além de distingui-los positivamente dos grandes bancos e banqueiros tradicionais, o setor mais antigo e estabelecido (e considerado corporativo) das finanças (Thompson, 1997). As origens e a estrutura argumentativa de cada uma das vertentes é bem diferente, mas os alvos a ser atingidos na sociedade brasileira as

faziam convergirem. Estávamos, assim, diante de dois darwinismos sociais com princípios de seleção diferentes, mas apontando para os mesmos “dinossauros” (Grün, 2003).

Efeitos “perversos” da concentração de capitais

A trama cultural conferia, desse modo, tanto em magnitude quanto em diversidade, uma enorme concentração de capitais à disposição do grupo previamente dominante na esfera política. Eles foram postos para funcionar na conjuntura do período. É esse o mecanismo que passa a “produzir os escândalos” a partir dos malfeitos petistas e é essa força, provavelmente, que explica o controle da agenda político-midiática no período pré-eleitoral (Grün [no prelo]). Não é por acaso que não se forma um confronto direto entre os dominantes na esfera da mídia e os apoiadores do governo desqualificado pela sua crítica. Pelo contrário, a negação da doxa privatizante e das pretendidas faltas éticas dos membros do governo e de seu partido é feita lateralmente. Um dos pontos sociologicamente mais reveladores da configuração daquele momento é justamente a entrevista concedida pelo principal responsável pelo *marketing* político de Lula sobre a estratégia vitoriosa na campanha. Nela, João Santana deixa claro que considerava que as privatizações de FHC eram medidas corretas e que o uso do tema “privatização” como uma possível consequência negativa da eleição de Alekmin era apenas uma arma politicamente útil, não um verdadeiro ponto ideológico da campanha que dirigia (Rodrigues, 2006).

A nomeação do “surgimento da blogosfera” como o princípio estruturante da apreensão da realidade social, ao invés das questões éticas impostas pelo campo do escândalo, é, assim, uma saída lateral capaz de evitar um confronto impossível de ser vencido diretamente. Ela revela uma tentativa de alterar as regras do jogo, que, até então, estava totalmente controlado pelo grupo adversário. Isso porque o

sucesso da argumentação que revelaria as intenções de Alckmin, que seriam privatizantes e contrárias aos programas sociais de Lula, depende da inferência a partir dos sinais que ele carregava do passado e estaria dando durante a campanha. Como a ordem atual impede essa flexão argumentativa no espaço público reconhecido, ela só poderia ser exercida fora dele. Aí se cruzam os vetores: num ponto, o espraiamento da Internet e dos novos instrumentos de expressão que ela possibilita estavam disponíveis e não totalmente controlados pelo pólo dominante da cultura estabelecida; no outro, os conteúdos denunciando o possível programa oculto de Alckmin, que, na ordem prevalecente, seriam censurados. Ao lado do novo dado morfológico, as novas formas de expressão se tornaram disponíveis e, dessa forma, se fez a crítica à privatização e à censura das políticas sociais de Lula.

As outras armas da ortodoxia

O período imediatamente posterior à eleição também revelou algumas das formas de defesa da ordem simbólica e, conseqüentemente, os limites da contestação. O presidente ousou criticar a política anterior de saneamento básico e sobre ele choveu uma barragem de impugnações que contestavam a sua “real determinação em prol de uma saudável política de mercado” (Chico De Gois, 2007). Em seguida, o pólo dominante (re)encontrou um excelente espantalho na tendência recente de os países latino-americanos elegerem presidentes situados na esquerda dos respectivos espectros políticos; então, começam a freqüentar a mídia brasileira versões estereotipadas dos presidentes Hugo Chávez, da Venezuela (eleito em 1998 com 56,20% dos votos; em 2002, com 59,76% e, em 2006, com 65,36%), Evo Morales, da Bolívia (eleito em dezembro de 2005 com 53,74% dos votos) e Rafael Correa, do Equador (eleito em novembro de 2006 com 56,7% dos votos).

Estariamos assistindo à volta de tentativas de redistribuição de renda e patrimônio, que produziriam insegurança jurídica – fatal para as políticas de atração de investimentos – bem como as perigosas “ligações diretas” entre os candidatos, agora presidentes e seus eleitorados, que se mostrariam inebriados pela tentação populista, dita de triste memória. Simultaneamente, foi reapertado o nó da crítica à política econômica argentina de Kirchner, da qual era sempre ressaltada a tentativa de renegociação da dívida pública, considerada aventureira. Implicitamente, esses mesmos desideratos eram atribuídos a Lula. A ridicularização desses personagens, construídos no espaço simbólico brasileiro como verdadeiros Judas, talvez seja a principal mostra recente de vitalidade da doxa (ou do seu eventual enfraquecimento). Obviamente, elas são caricaturas dos indivíduos e da complexidade das situações das quais eles são fruto e nas quais estão intervindo, ao mesmo tempo. O decisivo, contudo, é que as caricaturas adquirem verossimilhança. Como a cadeira que dança sobre a mesa, os fetiches ganham vida própria, assombram os desafiantes e, principalmente, limitam as possibilidades da contestação à ordem econômica e às práticas políticas até então consensuais. Contestar a doxa econômico-cultural significa entrar no halo de ridicularização que é constantemente realimentado e se torna uma operação simbolicamente muito arriscada para quem pretende manter a reputação nos centros hegemônicos. Logo, poucos indivíduos dotados de competência intelectual reconhecida se animam a ponderar as limitações da doxa, mesmo que a crítica seja possível em termos estritamente intelectuais. Dessa maneira, há um constrangimento específico do espaço cultural para as estratégias atuais de contestação.

No plano da estrutura econômica em si, revelam-se outros aspectos da limitação da crítica. Querendo ou não, os grupos que postulamos serem desafiantes se viram diante da necessidade de jogar o jogo proposto pelo pólo financeiro dominante, sob pena de

desaparecerem do rol de alternativas políticas. Uma das primeiras formas desse constrangimento é, com o advento da redemocratização, a participação dos sindicalistas na direção dos fundos de pensão das empresas estatais e demais fundos sociais, como o Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a proposição, seguida do abandono progressivo, de temas como o das câmaras setoriais e da concertação social (Grün, 2004). De um lado, em termos agregados, essas possibilidades são formas de influir na sociedade. Em termos da economia interna dos grupos políticos dos quais os novos dirigentes são oriundos, em um ambiente de pletora de formação de quadros, a pressão pela participação nessa ante-sala do espaço reservado às elites é irresistível, principalmente, em períodos de calma paredista (Grün, 2003).

As sínteses e resultados inesperados

É assim que os dirigentes sindicais adentram no mundo das finanças. Nele, eles acabam desenvolvendo uma auto-imagem de “domadores do capital especulativo” que é correlata, cognitivamente, às posições anteriores pró-câmaras setoriais e concertação, e, dessa maneira, constroem uma legitimidade específica para manter suas posições econômica e socialmente atraentes (Jardim, 2005). Nesse espaço, eles também criam artefatos culturais, os seus espantalhos, passo necessário para referendar e operacionalizar socialmente a especificidade de sua atuação. Depois de algumas tentativas de simbolização em torno de Naji Nahas, de Armínio Fraga e de Benjamin Steinbruch, acaba prevalecendo a figura de “plutocrata tropical”, construída a partir de Daniel Dantas, que, assim, adquire a imagem do rei dos especuladores, a besta-fera a ser controlada (Grün, 2007). Mais uma vez, o decisivo não é a tentativa de inscrição do personagem na trama simbólica, mas a sua retenção pelos meios de comunicação e produtores intelectuais. Inúmeros episódios

recentes, como o da sua inquirição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios, mostraram a imagem do plutocrata tropical ganhando relevância, mostrando essa outra nuance do nosso jogo simbólico-econômico. Nele, o tipo específico de contestação à doxa empalmado pelos apoiadores do governo Lula demonstra, outrossim, algum poder simbólico, revelador dos seus capitais e, portanto, da sua capacidade de produzir fatos culturais e políticos (Senado Federal, 21 set. 2005; Grün, 2007).

As nuances, ou os limites, dessa contestação ficam claros na atuação desse grupo quando adentra no governo federal. Uma vez investidos desse papel de domadores do capital especulativo, os ativistas irão propugnar medidas que ampliem os benefícios dos serviços financeiros, até então restritos às parcelas privilegiadas da população, para grupos sociais alijados dessas facilidades. É então que surge ou se fortalecem programas como o de “bancarização” da sociedade (o incentivo e a facilitação de abertura de contas correntes para setores da população cujo perfil de pobreza os torna pouco atraentes para a rede bancária tradicional, por meio do Banco Postal e demais iniciativas), o crédito consignado e o incentivo à compra de ações com os recursos das contas individuais dos fundos sociais. A atratividade dessas propostas é imensa quando as comparamos com as condições de usura, insegurança financeira e baixa rentabilidade para seus investimentos a que as camadas menos afluentes da população estão normalmente sujeitas. Por isso, uma vez deflagradas e difundidas, dificilmente elas seriam contestadas ou sofreriam descontinuidade.

Em um sentido análogo e convergente em termos da lógica social e política, aparecem as ações de “responsabilidade social” e, depois, de “sustentabilidade”, que alteram e aprofundam o escopo da filantropia tradicional. Elas se tornaram componentes da governança corporativa: o conjunto de medidas que busca a democratização da propriedade das empresas de capital aberto,

produzida, em grande parte, a partir da intervenção militante dos fundos de pensão das empresas estatais. Dessa maneira, os novos dirigentes dos fundos operacionalizam diretamente a sua função auto-imputada de domadores do capital especulativo e “selvagem”. Uma vez deflagradas, essas ações desencadeiam intensos processos de cooperação e concorrência pela sua autoria e maestria que, mesmo se retiram o fundo de comércio direto dos seus iniciadores, acabam por inscrevê-los duravelmente na paisagem social e econômica da sociedade. Assim, elas impõem novos padrões de atuação para as empresas e empresários, mas também robustecem a legitimidade sistêmica do capitalismo contemporâneo e a dominância da sua componente financeira. E os atores que se engajam nessa via não saem incólumes do processo de mudança, pois, ao referendarem essa função de instituidores de novas formas de sociabilidade, eles alteram também seus horizontes e compromissos (Grün, 2005).

As consequências das amarras sociais

As amarras que soldam as relações dos operadores e apoiadores políticos do governo petista ao mundo financeiro são, portanto, diversificadas; são, ao mesmo tempo, simbólicas e materiais e operam em diversas esferas. Além disso, as construções culturais que observamos são investimentos identitários na função social de ordenadores do capitalismo; os dispositivos financeiros postos em prática mostram, também, outra possibilidade de teodicéia, além de revelarem a existência de um mercado político relevante nos beneficiados pela expansão dos serviços daquela natureza. Por conseguinte, imaginar algum tipo de rejeição frontal do sistema financeiro da parte desses agentes não parece ser uma esperança sociologicamente razoável. Dessa maneira, qualquer construção cultural ou ação advinda desses grupos dificilmente deixaria de compor – com as imagens dominantes que cultivam ou, no mínimo,

aceitam – os limites da doxa imposta pelos mercados financeiros, ainda que possam tentar flexioná-la no detalhe.

Os detalhes não são, como vimos, irrelevantes. Pelo contrário, eles são suficientemente importantes para produzir uma locação específica para os novos atores na configuração econômica e cultural. É assim que o Brasil, por intermédio desses novos atores, vindos do espaço sindical e político, acaba compondo com a tendência internacional de criar uma face mais inclusiva da “financeirização”, difundindo seus artefatos para setores da sociedade antes desprovidos desses recursos (Shiller, 2003; de Goede, 2005; Seabrooke, 2006). Proverbialmente, quando os juros dos empréstimos, concedidos aos até então clientes das financeiras populares ou dos agiotas, deixam de ser astronômicos e passam a ser apenas muito altos, quando as poupanças se tornam mais seguras, essas medidas populares acabam aumentando a legitimidade da ordem financeira em termos sistêmicos. Agora, ela ganha defensores num espaço muito além dos *happy few* que operam normalmente nos mercados.

Ainda que os desdobramentos produzidos pelos novos atores fossem possíveis, dificilmente, os participantes tradicionais dos mercados empalhariam, eles mesmos, um programa de popularização das finanças na extensão de serviços e capilaridade que constatamos no Brasil governado pelos petistas¹³. Ironicamente, a administração petista acaba por realizar uma tarefa típica de quem defende a ordem financeira a longo prazo e, ao fazê-lo, torna-se estruturalmente solidária aos famigerados “mercados”, ainda que a diferença de *habitus* continue produzindo estranhezas mútuas e divergências na política cotidiana (Rosa, 2006). Como no exemplo dos governos de Roosevelt e Vargas, as ações “objetivamente a favor do capitalismo” de Lula não conquistam a adesão imediata dos que parecem ser os seus principais beneficiados, mas, diferentemente dos exemplos anteriores, nos quais era evidente a origem “patricia” dos reformadores (ainda que não a dos seus principais operadores

– os intelectuais judeus de Roosevelt e os sindicalistas e ajudantes modestos de Vargas), o grupo petista reúne indivíduos de origem mais modesta e com menos traquejo social. Daí a assimetria de recursos culturais e sociais que impede que seus pontos de vista possam ser levados em conta pela opinião pública na forma que eles consideram adequada. De seu lado, os novos atores interpretam a situação como uma conspiração dos poderosos tradicionais. No outro extremo do tabuleiro político e social, suas maneiras deselegantes ganham a aparência de uma séria conspurcação da sacralidade da ágora, que merece sanções extremas (Grün [no prelo]).

Tal quadro de constrangimentos, complexo e nuançado, baliza as possibilidades retóricas dos desafiantes da ordem cultural e econômica. Uma primeira mirada diria que nossos desafiantes são muito pouco desafiadores e que a inércia é o resultado mais provável dessa configuração. Entretanto, existir em qualquer campo social significa distinguir-se e, querendo ou não, eles são obrigados a avançar propostas e mudanças que os mantenham como alternativa política crível. Daí a “blogosfera” e os atrevimentos imediatamente posteriores de Lula e alguns dos seus ministros diante da doxa dominante, no que diz respeito à questão das privatizações, das formas de contabilização do déficit da previdência pública e das possibilidades de planejamento econômico que se configuram no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O alcance desses arroubos só será conhecido mais tarde. De qualquer forma, eles denotam alguns mecanismos sociológicos que tornam possíveis as mudanças simbólicas e, conseqüentemente, as mudanças nas atividades econômicas e financeiras.

Vemos, assim, que o jogo social que empurra os indivíduos e grupos a realizarem as flexões semânticas que caracterizam a polissemia engloba um enorme conjunto de fatores, derivados de princípios de estruturação intelectual que, por vezes, podem ser diferentes. O primeiro deles é a necessidade de existir socialmente,

que só é aniquilada em situações-limite, como a da escravidão moderna ou dos campos de concentração nazistas (Finley, 1976; Pollak, 1986; Burguière, Klapisch-Zuber et al. 1996). Ela obriga os indivíduos e grupos a abrirem as suas caixas de ferramentas culturais e nelas buscarem quaisquer instrumentos que possam ser úteis nas refregas que a sociabilidade lhes impõe (Swidler, 1986; Schudson, 1989). Deles se constroem os artefatos que serão testados nas disputas¹⁴. Os recursos culturais que emergem nessas situações podem surgir de lógicas argumentativas precisas, mas isso não ocorre necessariamente. Se nosso jogo fosse restrito à esfera semântica, seria de esperar que a argumentação e a atuação de Lula e de seus partidários fossem integralmente derivadas da lógica do planejamento econômico, porém, como vemos no nosso caso, na lógica social, mais ampla do que a semântica, observamos o uso simultâneo de artefatos derivados da “hiperfinanceirização”, que compõem, logicamente, com o império das finanças, ainda que não com os financistas de carne e osso “realmente existentes” na sociedade brasileira.

“Blogosfera” como invenção social

A nossa “blogosfera” aparece no contexto como uma forma de “driblar” a hierarquia cultural, econômica e social tradicionais. Enfatizando o meio de difusão ao invés da discussão direta sobre o direito de inferir sobre o que estava em jogo no processo eleitoral, evita-se o confronto direto com a ordem na qual, como foi visto, os nossos desafiadores também estão inscritos, como elementos subordinados, mas investidos de interesses na preservação do *enjeu*. Estávamos, assim, diante de um caso bem tipificado de polissemia, no qual os dois grupos caracterizavam e nomeavam a disputa política diferentemente e a partir de princípios de estruturação contrastantes, conferindo-lhes pesos e relevâncias distintos. Indo além das “coisas

da lógica”, a lógica social das coisas e dos engajamentos anteriores estruturava e também circunscrevia o alcance das flexões semânticas, dando consistência sociológica à disputa.

Uma interpretação corrente, vocalizada por Lula de forma positiva e por diversos de seus adversários que lhe davam significado oposto, era a idéia de que estávamos diante de um “curto-circuito” no qual as massas populares estariam deixando de se guiar pelos seus líderes tradicionais de opinião. Para Lula, isso era um sinal de maturidade política do povo, que não precisaria mais de conselheiros ou padrinhos para escolher os seus dirigentes (Bergamo, 2006). Já para seus opositores, estaríamos diante de uma nefanda volta do populismo dos anos 1960, em fase com a interpretação que se fazia do recente ciclo político de eleições presidenciais na América Latina, que estaria trazendo às presidências do Equador, Bolívia, Nicarágua e Venezuela diversos líderes do mesmo matiz (Neto, 2006). Assim, uns e outros viam a crise dos intermediários tradicionais como a crise da intermediação propriamente dita. O grupo em torno de Lula remetia sua visão dos eventos como uma aproximação do ideal democrático do eleitor que decide suas preferências e voto diretamente a partir da avaliação dos candidatos e programas em disputa (ainda que os petistas ligados mais diretamente aos movimentos sociais salientassem a importância destes últimos na disputa eleitoral; a nosso ver, essa diferença de interpretação pode ser creditada às clivagens internas daquele partido). Ao contrário, seus opositores enxergavam no processo uma perigosa “ligação direta” entre o líder carismático e seu eleitorado despolitizado e encantado pelas pequenas benesses que o governo federal distribuía por intermédio, principalmente, do bolsa-família.

As deduções da discussão sobre “central de boatos *versus* blogosfera” dificilmente comporia integralmente com qualquer das duas interpretações. A análise dos debates indica que a situação poderia ser mais bem caracterizada como uma disputa entre dois

tipos de intermediários políticos: o primeiro, tradicional e legitimado pelo passado e pelas relações de força simbólicas operantes na sociedade, e o segundo, desafiando o primeiro, ainda que de maneira claudicante. Como somente o primeiro era visto como legítimo no papel enquanto o segundo só podia se mostrar lateralmente, sem reivindicar esse papel, logo a idéia da “falência dos formadores de opinião” fazia sentido como forma social de percepção da realidade. Acreditamos, porém, estar demonstrando que o sentido dessa análise indica que o jogo se caracterizou mais como uma disputa entre duas correntes de pensamento, duas famílias sociocognitivas no sentido de Fleck (1979) e de Douglas (1986).

Conclusão

Podemos, então, extrair da análise pistas para o estudo sistemático da relação de forças existente no espaço cultural da sociedade brasileira do início do século XXI. *Mutatis mutandis*, elas confirmam o “materialismo simbólico” que estamos mais acostumados a aceitar quando a Escola dos Annales apresenta a lógica do convívio social e de suas mudanças na Idade Média europeia (Duby, 1978) ou Sahlins (1976) entre os melanésios. Quando nos aproximamos do presente, esse tipo de abordagem não compõe bem com as idéias bem enraizadas de autonomia dos intelectuais e as suposições otimistas sobre a capacidade deliberativa da cidadania. Cremos ser possível, a partir dos dados coligidos em contendas como as eleições brasileiras de 2006, iniciar um necessário exercício de história intelectual do presente que dê conta da dinâmica cultural que subsume as disputas sociais. Ele, certamente, aumentaria a compreensão do período em que vivemos. Um caminho paralelo, menos ambicioso, vai na direção de explorar suas conseqüências na sociologia econômica. Trata-se de examinar o impacto das oscilações simbólicas produzidas ou reveladas no período para o enquadramento dos desenvolvimentos possíveis e

prováveis da agenda econômica e financeira dos anos que virão. Como ao questionamento inicial dos bem-feitos da privatização se seguiram as outras ousadias, como o questionamento específico da política de saneamento (*Agência Reuters*, 5 jan. 2007; Chico De Gois, 2007), o anúncio do PAC (*O Globo*, 22 jan. 2007; Lopes, 1988) e o questionamento da contabilização tradicional das despesas previdenciárias, que mantinha os rendimentos dos aposentados e direitos dos atuais contribuintes sob pressão constante¹⁵ (Leitão, 2007; Xavier, 2007), podemos inferir que o primeiro evento deflagrou a seqüência mnemônica que confere razoabilidade aos desenvolvimentos posteriores.

Em uma primeira mirada, mais identificada com uma visão cartesiana do sujeito cognoscitivo, diríamos que as “ousadias” sempre estiveram presentes nos planos dos agentes políticos, faltando apenas a “coragem” ou o “tirocínio” para revelá-las e implementá-las. Essa visão, próxima tanto do senso comum cotidiano quanto do erudito, não é sociologicamente razoável. Entretanto, os dois sentidos comuns obliteram eficientemente os traços da disputa cultural e social que tornam possível a alteração de percepção de alternativas e de conduta dos integrantes do governo federal e de diversos atores que lhe fornecem apoio. Tudo se passa como se a adoção e a rejeição da doxa econômica fossem questões de vontade, no máximo, de oportunidade.

Certamente, como quer o senso comum, os fatos aparecem no cenário como vontades e oportunidades, mas nosso ponto é que o vislumbre das oportunidades, as vontades e a coragem são determinados pelas configurações culturais e sociais, não são fruto do exercício do livre arbítrio dos agentes políticos e econômicos, muito menos formados ao acaso de suas descobertas intelectuais sobre as possibilidades do debate. Temos, então, que o nosso “estrategismo cotidiano” é uma espécie de ideologia bastante funcional quando pensamos na concentração de vontades e demais

recursos necessários para efetivar a ação política, mas ele cobra o seu preço, introduzindo a sua cota de opacidade sobre a estrutura e a ação sociais. Durante as eleições de 2006, o fato aparentemente tecnológico da “blogosfera” serviu para exprimir uma mudança social que desafia as habitualidades e o equilíbrio de poder prevalecente. Na sua dimensão social, a “blogosfera” nos faz constatar a mudança na dinâmica e nos equilíbrios culturais. Vimos que, escondendo a emergência dos novos atores e formas de exercício da atividade intelectual, a inércia produzida pelo equilíbrio caduco impede que o complexo jogo social da atualidade possa ser compreendido. As “armas da ortodoxia”, que produzem essa obliteração por meio da violência simbólica que se abate sobre seus desafiantes, são diversificadas e de alta intensidade, mas as fontes da sua força estática são as mesmas da sua fraqueza dinâmica. Afinal, ao negar voz e existência civil às novas camadas de produtores intelectuais e agentes políticos, ela os obriga a uma estratégia de confronto.

Agradecimentos

As pesquisas que originaram o texto aqui apresentado foram generosamente financiadas pela Fapesp e pelo CNPq. Agradeço às duas agências de fomentos pelo apoio dispensado. As análises aqui realizadas foram muito ajudadas pelo diálogo com diversos interlocutores: no Brasil, o pessoal do NeseFi/UFSCar e vários colegas da rede de sociologia econômica reunida na Anpocs; na França, os colegas do *Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain* - em especial, Afrânio Garcia -, do *Centre de Sociologie Européenne* - particularmente, Patrick Champagne - e Monique de Saint-Martin, da *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*.

Notas

- 1 Consolidada, ainda que os fundamentalismos religiosos das mais diversas estirpes não nos deixem esquecer que a situação atual é contingente e longe de ser universal. Mas, na maior parte do Ocidente, as situações que destoam da nova norma são consideradas anômalas e pedem correção. Sobre o caráter provisório das transformações nas relações de gênero e as “reconquistas” conservadoras, ver Lakoff (1996), Muel-Dreyfus (1996) e Grün (1997).
- 2 Uma boa visão introdutória da diversidade de abordagens sobre o (possível) papel dos blogs em campanhas políticas encontra-se em Lawson-Borders e Kirk (2005).
- 3 Essa explicação “mitológica” não é, evidentemente, exaustiva. Podemos notar no período um contencioso estritamente comercial entre o governo e as empresas da grande mídia, que aparece no longo período de tratativas sobre a possível liberação de um empréstimo vultoso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as Organizações Globo (Hoineff, 2004).
- 4 Nada mais distante dessa auto-imagem do que as Ilusões perdidas (Balzac e Mortier, 1991) e nada mais próximo do que *All the president's men* (1976). A imagem da imprensa e do jornalista fundamentalmente corrupto posta em cena por Balzac poderia, teoricamente, ser a base para a construção de uma imagem negativa daquele segmento, que parece, mesmo, ter vigorado na mesma época no Brasil (Lustosa, 2000). Mas nada é mais distante dos automatismos sociais que vigoram na sociedade brasileira atual, demonstrando, assim, tanto a legitimidade alcançada pelo jornalismo praticado aqui e agora, quanto o seu caráter contingencial.
- 5 Não só revela, como também produz essa desconfiança, na medida em que chama muito mais a atenção para os malfeitos dos indigitados do que para as suas eventuais virtudes. Outro corolário importante que o recente processo eleitoral exacerbou é a dedução lógica: se, apesar das informações disponibilizadas pela imprensa, os eleitores insistiram em eleger Lula e uma bancada parlamentar expressiva para seu apoio, é

- evidente que o povo brasileiro não sabe votar, ou vota de acordo com interesses inconfessáveis, distantes das virtudes esperadas de uma ágora comprometida com os valores universais da democracia e da ética (Reis, 2007).
- 6 Há, aqui, uma analogia interessante com os processos de sucessão geracional entre os nobres da Idade Média ocidental analisados por Duby (1997).
 - 7 Uma relação de causa e efeito a ser explorada é a que existe entre a concentração de capital e exigüidade de órgãos de imprensa mainstreamers e a produção dos escândalos de que nos ocupamos e quaisquer outras pautas impositivas. Assinalemos que a “grande mídia” brasileira pode ser reduzida aos chamados “jornalões” – os três jornais, Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, além da revista Veja – e à emissora de televisão Globo, perfazendo um total de apenas quatro grupos empresariais, todos eles caracterizados por serem controlados apenas por uma família, além de tecerem diversas redes entre eles, como a associação para criar o jornal Valor Econômico (Azevedo, 2006).
 - 8 Na linguagem indígena do período, procurava o “batom na cueca” (PARA oposição, caso BB prova a corrupção. No Planalto, notícia traz tensão e surpresa. Veja, 2005).
 - 9 Em março de 1994 houve a denúncia de que os donos da escola Base, de educação infantil, localizada no bairro da Aclimação, em São Paulo, conduziram seus alunos para sessões de pornografia e pedofilia. A notícia causou um frenesi comunicacional envolvendo órgãos da mídia e autoridades policiais e terminou com a não-acusação dos indigitados por absoluta falta de provas. Entretanto, os danos morais e profissionais sofridos pelos acusados, que perderam seu negócio e sua reputação, estão por ser reparados. O caso provocou muita polêmica e uma consulta ao Google em 25 de junho de 2008 revela 827.000 menções para o evento na mídia eletrônica.
 - 10 Na sociologia política dos intelectuais desenvolvida pelo grupo de Bourdieu, a “superprodução” de indivíduos que se consideram em condições de reivindicar a posição de intelectuais é, historicamente,

um dos principais mecanismos de transformação da estrutura cultural da sociedade e, não raro, também da configuração política. No afã de encontrarem as posições das quais eles se julgam merecedores, algumas vezes, eles conseguem subverter as estruturas culturais e mesmo sociais das sociedades que os abrigam (Accardo, 2007; Bourdieu, 1979; Darnton, 1982; Charle, 1990).

- 11 Talvez já os tivéssemos antes – e talvez possamos, mesmo, dizer, como quer Faguer (1995), que a superprodução de intelectuais é uma característica da maior parte dos sistemas escolares nacionais –, como sugere o personagem Isaías Caminha da obra de Lima Barreto.
- 12 Nesse sentido, é interessante consultar o verbete “Fernando Henrique Cardoso” na Wikipedia: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Fernando_Henrique_Cardoso&oldid=5255323>. Acesso em: 15 mar. 2007. Essa referência cada vez mais freqüente tem se revelado também um espaço para disputas em torno da reputação de personalidades controversas, em que os partidários do indigitado “bordam” sua imagem, enquanto seus adversários a “problematizam” (Sunstein, 2007).
- 13 Os programas mais amplos de popularização dos mercados financeiros têm mirado mais a inclusão do público feminino de classe média do que as famílias menos aquinhoadas. Por exemplo, o programa Mulheres em Ação, na bolsa de valores, e a publicidade recente dos planos de previdência privada. Assim, tenta-se alterar a divisão de tarefas nas famílias das classes médias, nas quais o papel das mulheres é de consumir, para realizar as funções de representação social, enquanto que o do homem é de introjetar a “racionalidade econômica” no seio do lar (Douglas, 1996).
- 14 Evidentemente, os novos artefatos construídos na dinâmica das disputas culturais e políticas se inscrevem na sociedade, alterando seus contornos e possibilidades.
- 15 Uma leitura mais “terrestre” lembraria que o desencaixe do Tesouro Nacional provocado pelas despesas previdenciárias é o maior concorrente do montante alocado para as despesas de juros de rolagem da dívida

pública federal (13% do PIB brasileiro são despendidos com pensões e aposentadorias, contra 11,25% com juros e amortização da dívida pública (Camargo, 2006). Assim, o debate quanto à exequibilidade da atual política de juros altos resvala constantemente na possibilidade de se comprimirem ou as despesas previdenciárias, ou as despesas financeiras. Uma política de juros altos facilita a contenção da inflação e, assim, satisfaz duplamente os credores da dívida, assegurando alta remuneração nominal e real para as suas aplicações. Contudo, os resultados dessa disputa sobre a distribuição da renda nacional ficam muito mais evidentes quando a contabilização expõe a disputa entre a opção “política social” e a *investor-friendly*.

Cultural war and social changes: the 2006 presidential election and the blogosphere

Abstract: The text states that both economic and financial fields of society depend on cultural assumptions that are apparently permanent, but which are actually contingent. In order to prove this, it analyzes a few aspects of the political struggle around the 2006 presidential elections in Brazil. It begins by examining carefully the political, economic, and social polysemy that was either produced or highlighted in the dispute. From this point of view, it tries to analyze some recent changes in Brazilian social structure, and their sociological consequences in terms of the changing form of the cultural inequalities.

Key words: economic sociology; social studies on finance; cultural wars; blogosphere; economic culture; polysemy.

Referências

- ACCARDO, A. *Journalistes précaires, journalistes au quotidien*. Marseille: Agone, 2007.
- ADUT, A. Scandal as norm entrepreneurship strategy: corruption and the French investigating magistrates. *Theory and Society*, 2004, n. 33, p. 529-578.

- ALDRIN, P. *Sociologie politique des rumeurs*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- ALENCAR, K. Durante crise, ministros sugeriram renúncia. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 30 out. 2006.
- ALL the president's men [filme]. Intérprete: A. J. Pakula. [Estados Unidos]: Warner Bros., 1976. (138 min)
- AMORIM, P. H. Como governar quando toda a imprensa é contra. *Blog Conversa Afiada*. Acesso em: 19 out. 2006, 11h39.
- AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, 2006, n. 12, p. 88-113.
- BADENES, P. T. e H. FH diz que cacoete gerou mal-entendido sobre a venda da Petrobras e do BB. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 out. 2006.
- BALZAC, H. D.; MORTIER, D. *Illusions perdues*. Paris: Presses Pocket, 1991. [Edição original de 1838.]
- BERGAMO, M. Lula afirma a artistas que elite quis fazê-lo “sangrar”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 ago. 2006.
- BLOCH, M. L. B.; BLOCH, E. et al. *Ecrits de guerre (1914-1918)*. Paris: A. Colin/Masson, 1997.
- BOURDIEU, P. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *La noblesse d'état: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Minuit, 1989.
- _____. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- _____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

- BRASIL. Senado Federal. Depoimento de Daniel Dantas à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a compra de votos. 21 set. 2005.
- BUENO, S. Ibsen e Collor voltam juntos ao Congresso. *Valor Econômico*, 9 out. 2006.
- BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C. et al. *A history of the family*. Cambridge: Polity Press, 1996.
- CAMARGO, J. M. Por que o Brasil cresce pouco. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 nov. 2006.
- CASTELLS, M. *The power of identity*. Cambridge, MA: Blackwell, 1997.
- _____. *The rise of the network society*. Cambridge, MA: Blackwell, 1996.
- CHAGAS, C. Novos Gregórios? *Tribuna de Imprensa*, Rio de Janeiro, 7 jul. 2005.
- CHAMPAGNE, P. *Faire l'opinion: le nouveau jeu politique*. Paris: Minuit, 1990.
- _____. *Le journaliste, acteur de société*. Lille: Centre de Recherche de l'Ecole Supérieure de Journalisme de Lille, 1996.
- CHARLE, C. *Naissance des «intellectuels», 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990.
- CHICO DE GOIS, C. J. E. L. D. Lula sanciona lei do saneamento e abre caminho para investimentos: ao aprovar o marco regulatório do setor, presidente faz críticas à privatização. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jan. 2007.
- CORRÊA, A. M. H. PF prende petistas acusados de comprar dossiê anti-Serra. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 set. 2006.
- COSTA, C. T. O relógio de Pascal: o primeiro *ombudsman* da imprensa brasileira. *Observatório da Imprensa*, 16 maio 2006.

- COTTA, E. A economia segundo Alckmin: escolhido pelo PSDB, Alckmin promete choque de gestão, menos impostos e acena com um BC independente. O mercado comemora. *IstoÉ Dinheiro*, 22 mar. 2006.
- DARNTON, R. Dialogue à propos de l'histoire culturelle. Entretien avec Pierre Bourdieu et Roger Chartier. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1986, n. 59, p. 86-93.
- _____. *The literary underground of the Old Regime*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.
- DE GOEDE, M. *Virtue, fortune, and faith: a genealogy of finance*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2005.
- DEPUTADOS receberiam verba para votar em favor de projetos do governo: Câmara vai apurar suposto “mensalão”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 25 set. 2004.
- DiMAGGIO, P. *The twenty-first-century firm: changing economic organization in international perspective*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- _____; HARGITTAI, E. et al. Social implications of the Internet. *Annual Review of Sociology*, 2001, 27(1), p. 307-336.
- DINES, A. Editorial. *Observatório da Imprensa*, 28 jun. 2005.
- _____. Rescaldo dos escândalos: em defesa da opinião pública. *Observatório da Imprensa*, 10 abr. 2006.
- DOBRY, M. *Sociologie des crises politiques: la dynamique des mobilisations multisectorielles*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986.
- DONADONE, J. C.; GRÜN, R. Participação é necessária! Mas como? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47), 2001, p. 111-126.
- DOUGLAS, M. *Thought styles: critical essays on good taste*. London: Thousand Oaks, CA: Sage, 1996.

- DOUGLAS, M. T. *How institutions think*. Syracuse, NY: Syracuse University Press, 1986.
- DUBY, G. Les “jeunes” dans la société aristocratique dans la France du Nord-Ouest au XII siècle. *Feodalité*. Paris: Gallimard, 1997, p. 1.383-1.398.
- DUBY, G. *Les trois ordres ou l’imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.
- ELIAS, N. *La civilisation des mœurs*. Paris: Presses Pocket, 1976.
- _____. *La dynamique de l’Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
- FAGUER, J.-P. *Khâgneux pour la vie: une histoire des années soixante*. Paris: Centre d’Etudes de l’Emploi, 1995.
- FARGE, A. *Dire et mal dire l’opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992.
- FINLEY, M. I. *Démocratie antique et démocratie moderne*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1976.
- FLECK, L. In: TRENN, Thaddeus J.; MERTON, Robert K. (Ed.). *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979. [Edição original de 1935.]
- FOUCAULT, M.; DEFERT, D. et al. *Dits et écrits, 1954-1988*. Paris: Gallimard, 2001.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). MBA em jornalismo investigativo na FGV. 2007. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/jornalismoinvestigativo/>>.
- GAMSON, W. A. *Talking politics*. Cambridge, England: New York: Cambridge University Press, 1992.
- GINZBURG, C. *Clues, myths, and the historical method*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1989.
- GRÜN, R. A evolução recente do espaço financeiro no Brasil e alguns reflexos na cena política. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 2004, n. 47, p. 5-47.

GRÜN, R. A força do conservadorismo. *Estudos Feministas*, 1997, 5(1), p. 233-235.

_____. A promessa da “inserção profissional instigante” da sociedade em rede: a imposição de sentido e a sua sociologia. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 2003, 46(1), p. 5-37.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2005, n. 20, p. 67-90.

_____. Da plutocracia à dominação do capital financeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2007, n. 65, p. 85-107.

_____. Decifra-me ou te devoro: as finanças e a sociedade brasileira. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, 2007, 13(2), p. 381-410.

_____. Escândalos, marolas e finanças: para uma sociologia da transformação do ambiente econômico. *Dados - Revista de Ciências Sociais*. [No prelo.]

_____. Fundos de pensão no Brasil do final do século XX: guerra cultural, modelos de capitalismo e os destinos das classes médias. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, 2003, 9(2), p. 7-38.

HACKING, I. Inaugural lecture: chair of Philosophy and History of Scientific Concepts at the Collège de France, 16 jan. 2001. *Economy and Society*, 2003, 31(1), p. 1-14.

_____. *Representing and intervening: introductory topics in the philosophy of natural science*. Cambridge, Cambridgeshire: New York: Cambridge University Press, 1983.

_____. “Vrai”, les valeurs et les sciences. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2002, 141-142, p. 13-20.

HOINEFF, N. A Globo, o BNDES e a Record. *Observatório de Imprensa*, 6 abr. 2004.

- JARDIM, M. A. C. Criação e gestão dos fundos de pensão: movimento sindical como ator relevante. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2005, Belo Horizonte.
- KRAKOVICS, F.; GARDA, C. Líder do PSDB diz que estabilidade política de Palocci não pode se fiar em silêncio de caseiro: oposição pede demissão de ministro da Fazenda. *Folha de S.Paulo*, 17 mar. 2006.
- KRIEGER, A. M. E. G. Mãos limpas à brasileira: os subterrâneos das operações que colocaram juízes e políticos na cadeia revelam que polícia sabota polícia e que existe uma briga com o Ministério Público. *Época*, 17 dez. 2003.
- LAGO, R. O Brasil pisou no freio: à IstoÉ o candidato Geraldo Alckmin defende ajustes na reeleição, bate forte no adversário e promete levar o País à liderança da América Latina. *IstoÉ*, n. 1928, 4 out. 2006.
- LAKOFF, G. *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- LAWSON-BORDERS, G.; KIRK, Rita. Blogs in campaign communication. *American Behavioral Scientist*, 2005, n. 49, p. 548-559.
- LEFEBVRE, G. *La grande peur de 1789 suivi de les foules révolutionnaires*. Paris: A. Colin, 1988.
- LEITÃO, T. Previdência não deve mais contabilizar investimento social como déficit. *Agência Brasil*, Brasília, 30 jan. 2007.
- LEITE, P. M. Surgiu FHC II: Fernando Henrique aprovou a emenda da reeleição como príncipe. 5 fev. 1997.
- LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB/MCT/CNPq, 1988.
- LULA sanciona lei do saneamento e critica privatização do setor. *Agência Reuters*, Brasília, 5 jan. 2007, 16h20.

“LULA teme *impeachment* no mensalão”, diz Carvalho. *Agência Estado*, 28 jun. 2005, 18h05.

LUSTOSA, I. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELO, M. F. D. Garotinho culpa PT por assessor. *Folha de S.Paulo*, 15 fev. 2004.

MENDONÇA, M. G. de. *O demolidor de presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968*. São Paulo: Códex, 2002.

MOLICA, F. E. *10 reportagens que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

MOSSE, G. L. *Nationalism and sexuality: respectability and abnormal sexuality in modern Europe*. New York: H. Fertig, 1985.

MUEL-DREYFUS, F. *Vichy et l'éternel féminin: contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Paris: Seuil, 1996.

NETO, E. Lula recicla fenômeno do «populismo» no Brasil, avalia cientista político. *Folha de S.Paulo*, 22 jun. 2006.

O GLOBO. De volta à cena nacional: Ibsen Pinheiro e Alcení Guerra são eleitos deputados federais. *O Globo*, 4 out. 2006.

_____. FH defende privatizações e compara Lula a Maluf: “A decepção que tenho com o presidente é muito grande porque ele virou um político comum, banal”, diz ex-presidente. *O Globo*, 18 out. 2006.

_____. Lula anuncia pacote e antecipa resposta aos críticos. *O Globo*, 22 jan. 2007.

_____. Tucano denuncia central de boatos do PT: Alckmin diz que petistas, e até ministros, estariam espalhando rumores para desestabilizá-lo. *O Globo*, 6 out. 2006.

O TERRORISMO do PT. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br/index.shtml>>. Acesso em: 13 out. 2006.

PARA oposição, caso BB prova a corrupção. No Planalto, notícia traz tensão e surpresa. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br/index.shtml>>. Acesso em: 4 nov. 2005.

PASSARINHO, J. Nada como o passar do tempo. *O Estado de S. Paulo*, 9 mar. 2007.

POLLAK, M. (1986). La gestion de l'indicible. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 1986, 62-63, p. 30-53.

POWELL, W. W. The capitalist firm in the twenty-first century: emerging patterns in Western enterprise. In: DiMAGGIO, P. *The twenty-first-century firm: changing economic organization in international perspective*. viii, 275, Princeton: Princeton University Press, 2001, p. 33-67.

REIS, F. W. Qualidade intelectual e representação política. *Valor Econômico*, 9 jul. 2007.

RODRIGUES, F. Lula se beneficia na situação de vítima, diz publicitário João Santana. *Folha de S. Paulo*, 5 nov. 2006, 4h.

ROMERO, C. Carta Dilma ganha força no Planalto. *Valor Econômico*, 31 out. 2007.

ROSA, V. Afago de Lula visaria a esfriar resistência do setor à reeleição. *O Estado de S. Paulo*, 17 ago. 2006.

SAHLINS, M. D. *Culture and practical reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

SAIBA o que significa concertação, palavra-símbolo do conselho. Disponível em: <<http://www.folha.uol.com.br>>. Acesso em: 13 fev. 2003, 16h51.

SANTOS, V. S. D. e C. Gustavo Franco elogia política fiscal do governador. *Valor Econômico*, 16 mar. 2006.

SCHUDSON, M. How culture works. *Theory and Society*, 1989, 18(2), p. 153-180.

SCHUDSON, M. *The power of news*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.

_____. *The sociology of news*. New York: Norton, 2003.

_____. *Watergate in American memory: how we remember, forget, and reconstruct the past*. New York: BasicBooks, 1992.

SEABROOKE, L. *The social sources of financial power: domestic legitimacy and international financial orders*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.

SHILLER, R. J. *The new financial order: risk in the 21st century*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

SILVA, J. C. da. Fagocitose judiciária: Operação Anaconda não faz bem algum à magistratura. *Consultor Jurídico*, 4 nov. 2003.

SOUZA, J. de. Lula extingue direito da sociedade ao otimismo. *Folha de S.Paulo*, 2 out. 2005.

SUNSTEIN, C. R. A brave new wikiworld. *The Washington Post*, 24 fev. 2007, p. A19.

_____. *Infotopia: how many minds produce knowledge*. New York: Oxford University Press, 2006.

_____. *Republic.com 2.0*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

SWIDLER, A. Culture in action: symbols and strategies. *American Sociological Review*, 1986, 51(2), p. 273-286.

_____. *Talk of love: how culture matters*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

TAVARES, M. d. C. Globalitarismo e neobobismo. *Folha de S.Paulo*, 30 mar. 1997.

THOMPSON, P. The pyrrhic victory of gentlemanly capitalism: the financial elite of the City of London, 1945-90. *Journal of the Contemporary History*, 1997, p. 283-304.

TONELERO, W. C. d. R. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Crime_da_rua_Tonelero&oldid=4799738>. Acesso em: 9 mar. 2007.

VICTOR, F. “Estou convencido de que o Lula sabia”, afirma Peres. *Folha de S.Paulo*, 24 jul. 2005.

XAVIER, Luciana S. C.; FARID, Jacqueline; TOSTA, Wilson. Guido Mantega admite reforma da Previdência Social. *Agestado*, 31 jan. 2007.

ZANATTA, H. G. B. e M. Sub-relator suspeita da integridade dos dados enviados à CPI. *Valor Econômico*, 27 jul. 2005.